MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RAUL SOARES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIA 12/02/2020 – 18h30min
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE RAUL SOARES
Inquérito Civil nº 0540.20.000010-2

Iniciados os trabalhos, o Promotor de Justiça se apresentou, disse sobre o Câmara lotada, se disse satisfeito, agradeceu a presença de todos e o fornecimento do espaço pelo Presidente do Poder Legislativo local. Explicou que a audiência pública é um ato formal, que será gravada e fará parte dos autos do Inquérito Civil. Disse ser inegável a catástrofe ocorrida nos dias 24 e 25 de janeiro de 2020, sendo necessário saber as causas e consequências dessa enchente. Pediu responsabilidade e serenidade dos presentes, explicando que não é um "circo", em respeito a todas as pessoas que perderam tudo e foram atingidas. Disse que todos terão oportunidade de falar, mas também deverão saber ouvir. Disse que, ao final, poderá haver respostas ou não, mas o importante é que as informações colhidas serão utilizadas posteriormente no bojo do procedimento que corre na Promotoria de Justiça. Disse que houve muita desinformação, pânico e esse momento serve para sairmos daqui com informações concretas, de verdade.

A seguir o Promotor explanou sobre a lista de inscritos e, não havendo impugnação, foram explicados como ocorrerão os trabalhos, com o tempo de fala de cada um. Leu, por fim, o objeto do edital da audiência. A partir daí os inscritos passaram a fazer uso da palavra:

Edvan Avelino Bernardes: agradeceu a oportunidade que lhe foi concedida, se apresentou e disse que também foi um atingido, com casa interditada, tendo ficado desabrigado. Disse que não veio para acusar ninguém nem fazer juízo de valor. Falou sobre um abaixo-assinado que trouxe consigo, com cerca de 1.500 assinaturas. Disse que foi indicado para compor a "Comissão SOS Raul Soares", que busca esclarecimentos sobre o evento dos dias 24 e 25 de janeiro. Disse que a comissão fez visita nas represas, foram recebidos, filmaram o local, porém, foram proibidos de divulgar aquilo que a empresa não concordasse. Disse que se sentiram censurados, pois os vídeos mostravam máquinas trabalhando na represa dias após a enchente. Perguntou sobre o motivo da censura? Disse que na sala de controle um funcionário abriu uma das telas de controle e pulou dois ícones, alarme e histórico de alarme e não deixou filmar essas telas. Disse que até hoje não tiveram acesso a essas imagens e nelas, pode notar que aparecia a palavra falha. Disse não ser técnico mas pediu explicação sobre essa questão da "falha". Relatou que a tela, no outro dia

em que estiveram lá, já não apresentava a palavra falha e estava em branco. Disse que a empresa negou acesso às imagens referentes aos dias 24 e 25 de janeiro. Questionou as imagens e essa palavra "falha", e os funcionários disseram que aquilo poderia ser uma coisa grave ou uma questão simples de se resolver. Contou que na represa de Granada não autorizaram as filmagens das telas da represa, mas deixaram filmar as imagens da represa do emboque, só que a data era anterior aos fatos. Pediu explicações quanto aos fatos. Soube que a empresa tem um PAE, e quis saber se ele foi posto em ação. Perguntou se foi repassado a Prefeitura? Houve treinamento? Houve plano de ação com os moradores das cidades? Porque após a enchente houve movimentação e trabalho de máquinas nas represas? A APAVAMA estava sem água, porque? As empresas e o Município tinham obrigação de fazer programa ou planejamento como foi feito em Brumadinho, Barão de Cocais etc. Pediu em nome da comissão SOS e do abaixo assinado e de todas as pessoas atingidas mesmo que indiretamente, esclarecimentos ao Munícipio e à empresa sobre o ocorrido, sobre os flagelados.

Israel de Souza Oliveira Júnior cedeu seu tempo de fala a Edvan, para que este completasse o raciocínio.

Welton Rodrigues: Disse sobre as tristezas sofridas, de quem perdeu tudo, várias pessoas atingidas. Não atribui culpa a ninguém especificamente, mas pediu esclarecimentos a empresa e ao Município. Perguntou, por que a água subiu tão rápido? Por que as represas foram esvaziadas tão rapidamente? Por que há uma trinca na barragem de Granada? Pediu que fosse feita uma perícia. Disse que foram censurados pela empresa quando lá visitaram, foram restringidos, ameaçados de processos quanto às imagens e os vídeos feitos na visita às barragens. Mais uma vez pediu providência e perícia para esclarecer o que aconteceu.

Tiago Leal de Oliveira: disse que também foi atingido. Relatou ser presidente da associação comercial local (ACIR), representante de empresas que também foram atingidas. Agradeceu as autoridades. Contou que todo o comércio foi impactado de forma negativa e os comerciantes vão pagar as contas. Disse que as compras caíram mais de trinta por cento e é necessário saber se tal tragédia poderia ser evitada. Disse que a ACIR já pediu providências ao Ministério Público e hoje perguntou qual o plano de contingência da Prefeitura. Pediu para constar em ata o requerimento de instauração de inquérito para apuração dos fatos.

José Horta Alves: cumprimentou a todos e afirmou que trabalhou dentro da usina, na obra e muitas vezes estava lá no período de chuvas; disse que tem 28 milhões de m3 de água na represa e lá em Matipó tem um medidor pra saber a quantidade de água que chega em Raul Soares. Disse que eles não esvaziam a represa pois perdem dinheiro, a represa seca. Contou que perdeu tudo, mas manteve a vida. Disse que teve erro, mas a ganância por dinheiro impediu que ele fosse corrigido.

Marco Antônio Cândido: disse que mora no Bairro Santana, não foi atingido pelas águas do Rio Matipó, mas sim do Rio Santana. Disse ter gratidão à população raul-soarense, à Prefeitura e à Polícia Militar pelos trabalhos prestados. Asseverou que todos os moradores foram atingidos, 25 mil pessoas, perderam história, bens materiais, mas não perderam a vida. Disse que não é o momento de acusar, mas é o momento de pedir explicação, as autoridades e a empresa devem se manifestar. Falou que nenhum raul-soarense dorme mais tranquilo, não sabem o que vai acontece quando chove. Fez pergunta: O Rio Matipó represa o Rio Santana? Disse que há perguntas sem respostas e devem ser respondidas. Contou que o clube do operário perdeu tudo, onde desenvolve projeto social com crianças. Disse que comerciantes perderam tudo e todos merecem explicações

Carlos Mariano da Silva: contou que é professor e cidadão de Raul Soares, pediu explicações a empresa a respeito do cumprimento da legislação ambiental. Disse que eles sabiam que o volume de água seria alto e tinham condições de fazer a saída de água de maneira gradativa. Contou que o Rio Matipó subiu muito, represou muito o Rio Santana. Fez perguntas: foi oferecido plano de evacuação aos moradores atingidos? Disponibilizaram caminhões para mudanças e limpeza? Ampararam as localidades atingidas? Existe plano de educação? Houve obediência à lei nº 12334/10. Contou que todos perderam bens, mas não tivemos vítimas fatais. Quis saber, se isso acontecer de novo, o que acontecerá, empresa e município sabem o que fazer? Ou será tudo por providência divina?

Elza Teixeira de Souza abriu mão de sua fala.

Luciano Felipe Fialho: morador de Granada, cidadão raul-soarense, contou que perdeu tudo e muitas casas no local onde mora foram atingidas. Contou que os relatos dos moradores de Granada é que não foi uma enchente comum, pois a água subiu muito rápido e com uma lama diferente. Fez perguntas: porque no dia ninguém foi avisado? Por que as pessoas que trabalham na empresa foram os primeiros a saber e tiraram tudo dentro de casa em Granada? Foram os primeiros a saber, por que?

Parece que sabiam até o nível que a água iria subir. Se a empresa sabia que viria muita chuva, por que não se preparou a avisou a comunidade? Existe treinamento de evacuação com os moradores? Sirene, área de abrigo? As áreas rurais são informadas? Contou que todos estão com medo. A empresa ganha muito dinheiro e por que não auxilia mais a população? Há laudo? Pediu a elaboração de um laudo para avaliar a estrutura das empresas. Pediu que Granada entre em ação conjunta com Raul Soares em momentos como esse, de muita chuvas e enchente. Disse que teve erosão em grande parte da represa e os confrontantes perderam áreas limítrofes com o rio, e quer saber o que a represa fará com relação a isso.

Evandro Vieira de Carvalho: falou que os precederam já disseram tudo. Deixou mais um testemunho como atingido, disse que tinha três casas para auxiliar, não tinha como fazê-lo, pois eram muitas pessoas idosas, vizinhos, ficou sozinho e a água começou a chegar; contou que é ser humano, viu filho, pessoas que amam sofrendo e por isso todos choram. Disse sobre a fé, sobre a esperança, respeito, discernimento, pediu auxílio divino porque sabe que o dinheiro está acima de tudo. Contou que perdeu tudo. Pediu providências, quanto a lama, barro, ruas e esgoto. Pediu que o plano de ação não se perca, que tudo seja favorável ao povo que foi atingido, que possa vir uma ação com retorno positivo, pois ninguém quer brigar por nada individual.

Juarene Barbosa Zoia: professor, agradeceu a oportunidade às autoridades e à população e ao livramento de Deus que não tirou nenhuma vida humana nessa tragédia. Fez questionamentos e não acusações: qual o grau de participação da empresa na enchente em Raul Soares nos dias 24 e 25 de janeiro de 2020? Quais ações poderiam ter sido exercidas para evitar perdas maiores? Existe algum sistema da empresa para alertar a população ribeirinha? Ele foi utilizado? Houve controle sobre a pluviosidade local? Por que não houve uma abertura lenta das comportas? Quais as responsabilidades federal e estadual para auxiliar a popular? Haverá indenizações? Por que não houve comunicado emergencial para que as pessoas tirassem seus bens, seus entes? Por que não aconteceu? Por que tem que acontecer desgraça para tomarem providências?

José Luiz Barbosa: cumprimentou todos, vítimas, população e empresa. Disse que pesquisou muito sobre o PAE e outras questões envolvendo a tragédia. Disse que houve "bate cabeça", muita desorganização e não houve nenhum plano de trabalho nem pelo município nem pela empresa. Fez questionamentos: disse que precisa ser

feito uma repactuação entre a empresa e os munícipes, sobretudo, ribeirinhos. Contou que há uma sequência sucessiva de violação de direitos dos atingidos da represa, desde a sua implantação. Disse que há documentos a serem repassados ao Ministério Público contendo tais violações e por isso não vão tratar desse assunto agora. Contou que pessoas perderam casas, lotes, tudo, sonhos. Falou que o PAE e Plano Municipal de Defesa Civil do Município não foram obedecidos. Não houve articulação, negociação mútua e consensual entre os envolvidos. Narrou sobre o processo de implantação da represa, contou sobre os abusos, violações durante os anos; o processo começou com a Cataguases-Leopoldina e culmina com a Brookfield. Pediu que sejam reparados todos os abusos desde a implantação da represa.

O Promotor de Justiça deferiu a juntada dos documentos.

Samira Barbosa Matos: disse que foi atingida, mora na vila parente e, muito emocionada, perguntou o que é perder a vida? Ainda emocionada disse que casas foram levadas, seus vizinhos perderam tudo, tiraram tudo sexta feira e no sábado toda a casa foi levada. Disse que no dia 24 de janeiro, bem cedo recebeu imagens de Matipó e lá tinha muita água. Questionou: se é sabido que essa água viria pra Raul Soares porque a represa não liberou a água do reservatório antes para receber o volume que viria de Matipó? Contou que ainda pela manhã de 24 de janeiro, teve que sair de casa com a água no joelho, pois a água subiu muito rápido e os avisos foram insuficientes. Disse que mora na vila parente porque gosta, pois lá tem família e amigos. Perguntou, por que a água foi liberada de uma só vez? O que vai ser feito agora? Foi levada uma ponte? O que será feito? Está se formando uma cratera no bairro? Quando o bairro terá vida de novo? Deixou o convite aos representantes da empresa Brookfield, "vão lá nos visitar". Contou que antes as pessoas diziam que com a represa não teria mais enchente, e agora acontece essa tragédia. Disse acreditar que houve negligência na liberação da água pela empresa Brookfield.

Após a fala de Samira, o Promotor de Justiça lhe perguntou: qual aviso receberam dos carros que passaram pelo bairro? Ela respondeu que o aviso era para que os ribeirinhos deixassem as suas casas pois viria um volume muito grande de água e isso o correu na madrugada de sexta pra sábado (24/01).

Geraldo Honório: pediu ao representante da empresa que registrasse sua fala. Disse que a Empresa atingiu quase 300 bilhões de reais em investimentos no Brasil. Pediu para que ela negociasse com as famílias que perderam tudo. Disse que em outras cidades, como Barão de Cocais, houve plano de fuga, evacuação, e aqui não houve nada. Contou que as outras cidades afetadas instalaram gabinetes de emergência e lá tiveram negociações e todos foram contemplados, e em Raul soares, o que será feito? Sugeriu a criação de uma associação para negociar com a empresa.

Whashington (não disse o nome completo): disse que a responsável pela tragédia é a empresa Brookfield, pois lá todos sabiam do grande volume de água que viria para Raul Soares, então porque não soltou água aos poucos, segunda, terça quarta, quinta e sexta? Porque abriu a represa de uma vez e logo depois do evento (24/01) esvaziou toda a represa? Disse que a altura de água na sua casa foi de dois metros. Falou também que a prefeitura não fez nada para ajudar.

Após a fala de Washington, o Promotor esclareceu que esteve na Vila Parente, no local onde caiu a ponte, viu a dimensão da tragédia, as crateras e desmoronamentos. Pediu para que todos os presentes mantivessem o silêncio e o respeito, sobretudo com os que estão falando, pois se não houver civilidade o objetivo da audiência não será alcançado.

Letícia Oliveira: militante da MAB (Movimento dos Atingidos pelas Barragens), contou um pouco sobre sua história nesse movimento desde a implantação das duas barragens, em Granada e em Bicuíba. Disse que há uma história de violação de direitos humanos desde então. Falou que todos os moradores de Raul foram atingidos por essa tragédia e que já são 22 anos de lutas desde a construção da primeira represa, a do emboque em Bicuíba. Disse que algumas ruas de Granada eram próximas ao leito do rio e foi uma luta com a empresa para que as pessoas fossem realojadas em outro lugar. Contou sobre fatos históricos, contou sobre um estudo que foi feito, inclusive com pedido de retirada de pessoas de outras ruas em Granada. Disse ser necessária a realização de um estudo independente para entender o que aconteceu e entender como está a situação hoje. Perguntou: Tem um plano de ação? Quem vai arcar com os prejuízos? A empresa é canadense, existe há mais de cem anos, o lucro com as represas é enorme, mais ou menos 9 milhões de reais por ano com a de Granada e 12 milhões de reais por ano com a do emboque/Bicuíba, então o que será feito? Disse que o recurso existe, então, havendo responsabilidade deverá ter uma ação de reparação pelos danos causados. Contou que a empresa também deverá ajudar no

processo de recuperação da cidade, como forma de compensação pelos danos causados.

Iussef Felipe Neto: disse que todo o município é atingido desde a implantação da barragem. Contou que, ao se construir a represa, todos deveriam ter o cuidado de analisar os possíveis impactos ambientais, já que as duas represas são consideradas de alto risco e levando em conta, ainda, o histórico de enchentes de Raul Soares e região desde 1979. Questionou se no processo de licenciamento ambiental das represas tais riscos foram levados em conta. Reforçou todos os depoimentos anteriores, sobretudo o de Carlos Mariano e José Luiz. Disse que o histórico de exploração da empresa vem de longe, pois os ribeirinhos foram expulsos já na época da implantação da represa e agora com as enchentes. Pediu a juntada de documentos feitos pela comissão de direitos humanos. Em tempo, requereu que fosse feito novo estudo de impacto ambiental pela empresa.

Foi deferida a juntada dos documentos pelo Promotor de Justiça, sem prejuízo da análise dos demais requerimentos, posteriormente.

Ramiro Grossi: disse que nesse momento difícil todos explanaram com perfeição sobre a dor e o sofrimento das famílias atingidas. Disse sobre o histórico de lutas desde a implantação da represa do emboque, há vinte e dois anos atrás. Perguntou: Por que que a rádio UAI não foi informada que estava vindo um "tsunami" pra cima de Raul Soares? Por que não essa comunicação por parte do Município ou dos representantes da empresa? Já pensou se fosse à noite? Se viesse enchente do córrego de ubá? Se tivéssemos chuva de verdade em Raul Soares? Afirmou: todos morreriam! Enfatizou: Se há responsabilidade de quem quer seja, deve ser feito análise técnica, até porque pode ter havido rompimento da barragem sim! Disse que, agora, todos pensam como vão dormir depois dessa tragédia. Disse que "todos somos Matipoó". Contou que quatro enchentes já lhe tiraram de casa e nessa seu pai, com mais de oitenta anos, teve que sair da casa onde nunca tinha ido água. Perguntou: Como vai ser daqui pra frente? Repetiu: Por que a rádio UAI não foi comunicada? Porque a água subiu tão rápido?

Acácio Silvestre cedeu o espaço para outra pessoa, não quis falar.

Gumercindo Souza Lima, professor da UFV, representante do NACAB (Núcleo de apoio às comunidades atingidas por barragens), contou que já vislumbrava a violação de direitos há décadas, desde a implantação de represas na zona da mata mineira, sobretudo no final dos

anos 90. Disse que naquela época existiram várias violações nas implantações de represa, sobretudo, pela então Cataguases Leopoldina que, sistematicamente, violava várias leis no processo de licenciamento ambiental de seus empreendimentos. Aduziu que aquele que com compra um empreendimento, também adquire o seu passivo e por isso a empresa Brookfield tem responsabilidade sobre todo o histórico das barragens de Granada e do Emboque. Afirmou que, desde a implantação dessas represas, vários meeiros, terceiros, foram prejudicados, pois houve violação gravíssima de direitos humanos por parte da empresa Cataguases-Leopoldina. Enfatizou que se algo não for feito agora haverá consequências sérias e negativas para todos os atingidos. Afirmou que a empresa tem condição financeira para arcar com os prejuízos. Sugeriu que fosse solicitado apoio à empresa já contratada pelo Ministério Público em outras tragédias, como a de Brumadinho, para atuar no caso das enchentes de 24 e 25 de janeiro de 2020, ocorridas em Raul Soares. Suplicou para que a reunião não ficasse apenas nas lamentações dos atingidos.

Nelson Alexandre de Paula, vereador, agradeceu a Deus, cumprimentou o Promotor e todos os raul-soarenses, principalmente os atingidos. Disse que esteve na Promotoria protocolando documentos que comprovam que no mês de março do ano passado (2019) convocou o Secretário de meio ambiente para fazer esclarecimentos sobre a barragem do emboque. Contou que o Secretário ficou de apresentar um relatório de fiscalização sobre as condições da barragem e até hoje não o fez. Perguntou: Se tinha esse relatório por que não foi apresentado à Câmara? Há algo a esconder? Disse que protocolou oficio ao Prefeito com projeto de lei para isenção de IPTU para o pessoal atingido pelas enchentes. Contou que o patrimônio do município também foi atingido, vários carros danificados, levados pelas águas, estragados. Perguntou qual a relação de água das barragens de Granada e do Emboque? qual a geração dos megawatts, trinta dias antes do evento até hoje? Porque houve liberação de tanta água em pouco tempo? Como estava a situação do vertedouro no dia da tragédia? Por que liberou muito nesse dia e porque não liberou antes?

José Carlos Romualdo da Silva, vereador, cumprimentou a todos e fez perguntas: Se tinha acesso a dados meteorológicos, porque não liberou água antes, aos poucos, mas deixou para liberar tudo no sábado? Porque a represa hoje está vazia? Porque é tão difícil falar com a Brookfield? Porque não falam com a comunidade? Enfatizou: se é a nossa água, a nossa terra, por que não gera energia pra nossa comunidade? Pediu que fosse aberta essa "caixa preta". Pediu providências à empresa,

que segundo ele tem lucro anual de 12 milhões de reais com a represa do emboque e pode muito bem indenizar a todos.

Encerrada as falas das pessoas que se inscreveram.

Em seguida, o Promotor de Justiça leu algumas perguntas, formuladas por Bruno de Oliveira Zoqbi (que seguem juntamente com a presente ata), as quais foram direcionadas Empresa e ao Município.

O Promotor de Justiça também formulou perguntas ao Municipio: qual o trabalho prévio feito pelo Município? Como foram feitos os avisos à população? Como foi feito o monitoramento das chuvas e do nível da água?

Dada a palavra a Prefeitura de Raul Soares, representada pelo Dr. Valdinei Bernardo Calais, advogado, explicou que faria apontamentos de acordo com os levantamentos que foram feitos. Assim, disse que todos os moradores de Raul Soares foram atingidos pelas enchentes, seja direta ou indiretamente. Em relação a dados, disse que foi feito trabalho de recuperação e atendimento a todas as famílias de atingidos. Disse que, agora, estão em fase de levantamento de dados para saber o nível de atingimento da sociedade e para saber o que e a quem indenizar. Disse que várias famílias foram abrigadas no Ginásio Poliesportivo e agora já estão em casas de parentes, ou em casa alugada, paga pela Prefeitura (cerca de dez famílias). Disse que foram cadastradas cerca de oitocentos residências atingidas; cerca de vinte casas destruídas; duzentos e cinquentas pessoas desabridas e aproximadamente 3.000 pessoas desalojadas. Afirmou que essas pessoas estão recebendo atenção pelo município, antes, durante e depois dos acontecimentos. Entre as ações tomadas antes do evento, contou que houve estruturação da defesa civil na quinta feita, com reunião com a Polícia Militar, que foi parceira e atuou conjuntamente com o Município durante toda a tragédia. Disse que todas as pessoas, na quinta-feira, já tinham ciência da previsão de muita chuva para Raul Soares e, por isso, houve programação das atitudes que seriam tomadas pelo Município. Contou que, na sexta-feira, houve nova reunião, inclusive com o Promotor de Justiça e, na própria manhã de sexta, a Prefeitura já estava tomando providências para retirar as pessoas das áreas de risco. Disse que a maior dificuldade era convencer os moradores a saírem de suas casas. Disse que todos na administração municipal estavam "antenados" sobre como agir no caso de uma enchente; mobilizaram carros de som, com avisos à população sobre a chegada das águas, deslocaram caminhões da Prefeitura para que fizessem mudanças e muitas pessoas saíram de casa. Contou que houve, sim, trabalho de

prevenção pela Prefeitura. Disse que que todos os questionamentos feitos pelos cidadãos nessa audiência pública serão levados em consideração e serão objeto de análise pelo Município. Contou que o Munícipio está em parceria com a ACIR para resgatar o comércio local. Mais uma vez ressaltou que houve ações preventivas pelo município. Solidarizou-se com a vítimas, disse que houve limpeza de ruas de maneira rápida, para que se tirasse todo o lixo, entulho e sujeira das ruas, a fim de evitar contaminação, surto de doenças. Disse que a defesa civil está em capacitação, fazendo treinamento, inclusive estão preenchendo documentos e formulários a fim de que o município receba recursos de maneira mais rápida do Governo Federal. Respondeu alguns questionamentos dos que falaram anteriormente. Disse que houve divulgação das informações previamente sobre a chegada das águas na rádio UAI pelos locutores Érika Dominato e Bruno Zoqbi. Disse que o Município já protocolou na Câmara de vereadores projeto de lei não só para isenção do IPTU, mas também do ITR e outros valores pagos para a retirada de alvará por aqueles que foram atingidos pela enchente. Disse que, sabedores do excesso de chuva que estava por vir, tomaram providências, também na área da saúde, no combate à dengue, distribuição de produtos, com vacinação e outras medidas. Disse que o Município está buscando recursos financeiros para reparar os danos e diminuir os impactos trazidos pela tragédia.

O representante da empresa Brookfield, Gustavo Sbrissia, falou sobre a importância da audiência pública. Disse que as barragens estão seguras e sempre estiveram. Afirmou que a empresa sempre trabalhou com precaução, de forma segura. Mostrou slides de localização das duas represas de Bicuíba/emboque e Granada. Disse que esse evento chuvoso ocorrido em toda a Minas Gerais teve um volume de água nunca visto. Disse que 169 municípios decretaram situação de emergência e contou que, na zona da mata, os danos foram ainda maiores. Afirmou que a nossa região esteve no centro desse evento. Respondeu, com apoio de outros funcionários da Brookfield, a alguns questionamentos: Porque o reservatório não estava vazio, porque não abriram as comportas antes do evento? Disse que passou pelo reservatório de Bicuíba/emboque, entre 24 e 26 de janeiro, portanto em três dias, um volume de água equivalente a 13 reservatórios. Disse que, apenas no sábado (24/01/2020), foi um volume de água equivalente a 08 reservatórios passado pela barragem, num período de vinte e quatro horas. Disseram que não tinha como o reservatório receber um volume de oito ou treze reservatórios e, por isso, tiveram que soltar a água na medida em que ela chegava. Disseram que, durante todo esse período, estavam acompanhando e comunicando a Defesa Civil sobre o volume de água liberado. Responderam outras

perguntas: A barragem rompeu? Porque houve trabalho de máquinas logo após o esvaziamento da represa de Granada? Disseram que foi identificada uma erosão após a saída de água na represa de Granada, mas que isso não representava nenhum risco ao barramento. Acontece que essa erosão provocava uma movimentação de água em redemoinhos que liberava muita pedra no leito do rio. Assim foi necessário fechar as comportas para saber o que estava acontecendo e corrigir esse defeito. Acontece que isso só poderia ser feito com o fim das chuvas. Disseram que houve monitoramento 24h e tal episódio não representou nenhum risco de rompimento da barragem. Contaram que as máquinas foram utilizadas para limpar e abrir o leito do rio abaixo da barragem por conta da erosão. Disseram que as represas estavam sendo monitoradas, e a segurança era total. Disseram que, com o fim das chuvas, houve fechamento da represa de granada para a realização dos trabalhos e depois fecharam a de Bicuíba. Disseram que esses foram os fatos de sexta e do sábado, 24/01/2020 e 25/01/2020. Pergunta: Sabiam do volume de água? Disseram que sabiam que seria um volume muito grande, mas não o volume que foi. Reafirmaram que as barragens sempre foram monitoradas e assistidas e nunca foram identificados risco de rompimento. Enfatizaram que muitas imagens de trincas e danos no barramento não passam de imagens falsas. Disseram que a comunicação ocorreu da seguinte forma: na sexta-feira passaram a fazer contato de hora e hora com a Defesa Civil de Raul Soares informando o volume de vazão de água. Disseram que, após o evento, receberam solicitação de visita ao empreendimento por parte da comissão dos atingidos e ela foi atendida. Disseram que não foi criado um procedimento, um protocolo específico para essa visita, pois ele já existia na empresa Brookfield como um todo e deveria ser respeitado. Por isso, segundo ele, a necessidade de preenchimento de termos de confidencialidade etc. Contaram sobre o histórico de enchentes de Raul Soares, antes mesmo da instalação da represa. Exemplificaram que Abre Campo e Matipó também foram destruídas pelas enchentes de 24 e 25 de janeiro e não foi por causa de nenhuma usina hidrelétrica. Ressaltaram que a empresa nunca teve nenhuma conduta inadequada e não identifica relação do empreendimento com a enchente ocorrida em Raul Soares.

O Promotor de Justiça perguntou se com as informações repassadas de hora e hora para o município na sexta feira o Município teria condição de saber e mapear as áreas que seriam atingidas? A essa pergunta, o representante da empresa disse que não estava ali para julgar , pois não era o juiz da causa, mas que, no seu entender, deveria existir um plano de contingencia municipal a fim de mapear e esvaziar as áreas que poderiam ser atingidas pela enchente.

Deferidas outras três perguntas pelo Promotor de Justiça: Carlos Mariano pediu para voltar o slide que mostra a erosão no talude da represa de Granada e perguntou: A área A é talude de contenção da represa ou não? A resposta da empresa foi: Não. É um acabamento lateral que se faz pós obra.

Com a exaltação e manifestação dos presentes houve mais um pedido de silêncio e respeito pelo Promotor de Justiça. Após o ocorrido, os representantes da empresa pediram para que as perguntas fossem feitas e encaminhadas pelo Promotor a fim de que fossem respondidas posteriormente, o que foi deferido pelo Promotor de Justiça.

Então foram feitas outras duas perguntas: Por que a represa no domingo de manhã estava com um volume morto e as ruas da vila parente e as casas cheias de água? No dia da enchente choveu 80mm, houve muito desmatamento e fogo as margens da represa, quais medidas ambientais em relação a preservação foram tomadas pela Brookfield?

O Promotor, ao término da audiência, fez considerações finais e ressaltou que muitos dos presentes questionaram possível responsabilidade da empresa Brookfield, mas poucos questionaram se o Município, efetivamente, realizou ações preventivas. Afirmou que, através da informações divulgadas, pode afirmar que somente não houve vítimas fatais por causa de ações da Polícia Militar durante as enchentes, no resgate de pessoas ilhadas. Afirmou que, em que pese as alegações feitas na audiência, a Prefeitura foi omissa na atuação preventiva inclusive quanto ao próprio patrimônio, a ponto de carros da administração pública terem sido atingidos pelas águas. Enfatizou que as ações preventivas foram poucas e que ele próprio foi até as áreas atingidas na sexta feira, dia 24/01/2020, antes do evento, e as pessoas nas comunidades locais, Vila Barbosa e Vila Esperança, lhe diziam que ninguém da Prefeitura esteve ali alertando ou para lhes auxiliarem. Disse que o que está sendo feito, depois da tragédia, é objeto de outro procedimento. Contou que o que importa para essa audiência é o que feito antes e durante o evento. Ao término agradeceu a todos e encerrou a audiência pública.

Encerrado o presente termo, segue assinado pelo Analista do Ministério Público Robson Ferreira de Miranda _____, que o digitou, e pelo Promotor de Justiça Pedro Henrique Rodrigues Alvim, que o revisou.

Juntamente com o termo, seguem também as perguntas do cidadão Bruno de Oliveira Zoqbi, além da lista de presença.

Raul Soares, 14 de fevereiro de 2020.

Pedro Henrique Rodrigues Alvim
Promotor de Justiça